

Acritica
23/10/97 C.7
100

Modelo econômico prejudica a Amazônia

Educadores ambientais pedem em encontro maior participação dos governos federal, estadual e municipal para tirar a região da miséria

Antônio Meneses — 17/ago/94

A situação de miséria resultante das desigualdades sociais determinadas pelo modelo econômico praticado no País está distanciando a população amazônica das condições mínimas que definem uma qualidade de vida satisfatória. O problema se agrava pela inexistência de políticas públicas para a região, principalmente as que podem ser produto de participação da sociedade.

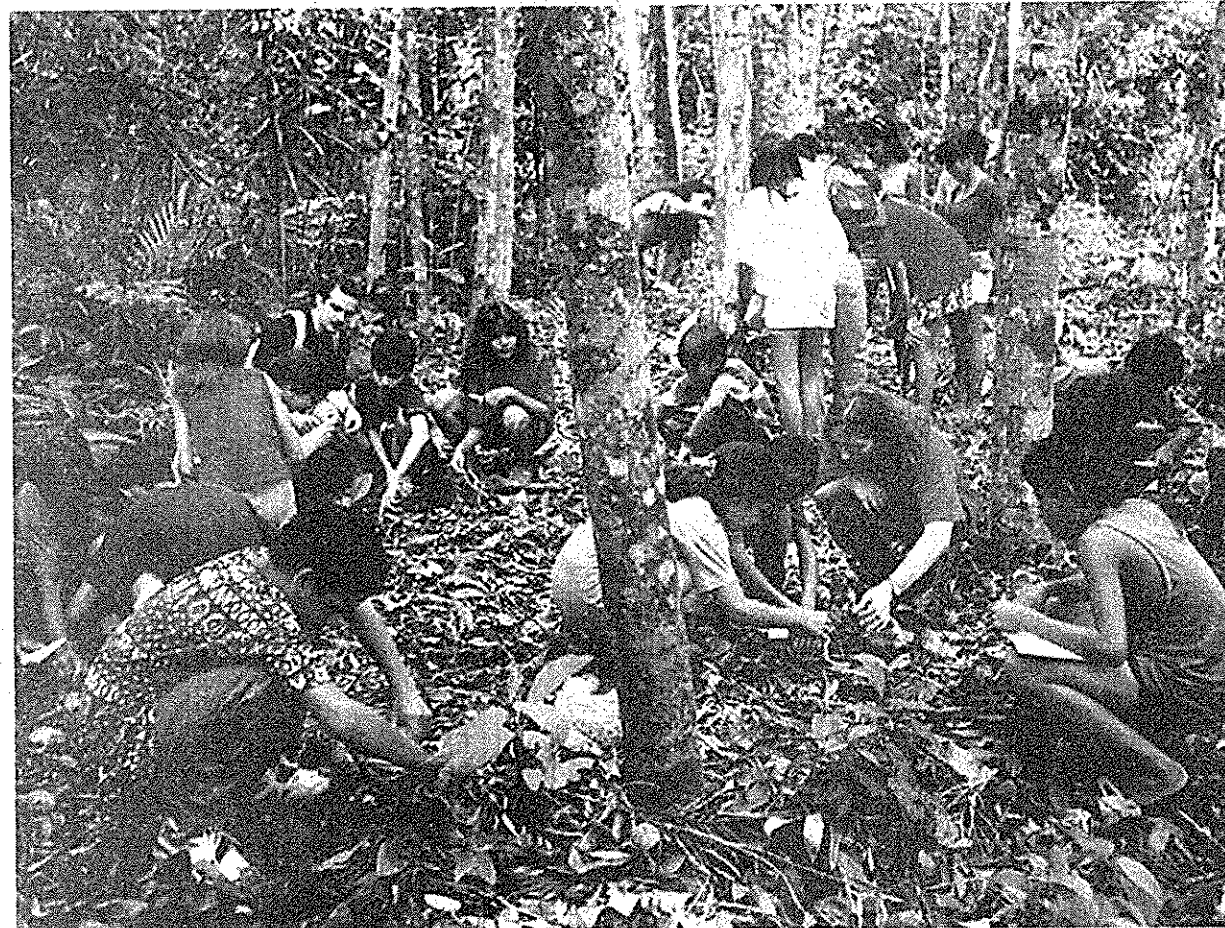
Essa foi uma das conclusões a que chegaram os participantes dos debates sobre educação ambiental no Brasil, ocorridos na 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental, realizada este mês, em Brasília, e que deverão ser apresentadas em dezembro próximo, na Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Conscientização Pública, programada para Tessalônica (Grécia).

Noventa e oito delegados da Região Norte (seis do Amazonas) discutiram a necessidade do desenvolvimento sustentável para solucionar problemas de carências e de aproveitamento das potencialidades regionais da Amazônia. Os estudiosos da área consideram um desafio a integração dos diferentes povos, reunindo conhecimentos tradicionais sobre a natureza com a contribuição da biotecnologia.

No entendimento deles, a educação ambiental é um instrumento importante para a integração e a valorização do homem amazônico, tornando-o co-participante do processo de transformação da natureza. O grupo de trabalho que debateu as circunstâncias ambientais da Amazônia teve como relatora a professora da Universidade do Amazonas Elizabeth da Conceição Santos.

Esse grupo concluiu que, hoje, o modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia é predatório, sem parcerias para a aplicação do crescimento auto-sustentável e sem uma política pública por parte do governo federal. A consequência disso é um crescimento urbano desordenado que compromete as iniciativas de equilíbrio sustentável de desenvolvimento.

Os integrantes do grupo concluíram, ainda, que faltam condições oficiais que assegurem a permanência das populações tradicionais em suas áreas, como os índios, agricultores, pescadores, seringueiros e castanheiros. Além disso, os pesquisadores dizem que há desconhecimento por parte dos habitantes amazônicos de práticas agrícolas ecologicamente corretas, inclusive pelo baixo índice de acesso às informações produzidas pelos órgãos de pesquisas.



Educadores do Inpa ensinam normas de desenvolvimento sustentável a alunos de escolas públicas

Meio ambiente vincula ações

Segundo os pesquisadores da Região Norte que participaram da 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental, o desenvolvimento sustentável pressupõe que o meio ambiente não existe como uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas. Com isso, tanto as empresas quanto as organizações sócio-políticas e institucionais devem ser geridas e aprimoradas para proporcionar o crescimento sustentável.

Para eles, desde a ECO-92 (Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro em 1992), o maior desafio passou a ser, para a área produtiva, conciliar competitividade de mercado e gestão ambiental, ou a produção com responsabilidade sócio-ambiental. Para que isso seja alcançado, tanto no âmbito global quanto no regional, os pesquisadores assinalam que há necessidade de serem adotados estilos de vida compatíveis com a capacidade de suporte do planeta, em relação ao consumo de recursos na-

turais. Depois, registram, "é importante que o desenvolvimento sustentável seja buscado com ética e que os eventuais desvios sejam corrigidos com eficiência".

Isto significa, segundo eles, que o avanço sustentável depende de certificação de qualidade ou de ética do empenho político dos governos, da sociedade organizada e das empresas, tanto no nível nacional quanto no internacional.

Em vista disso, a comissão da Região Norte recomendou, entre outros procedimentos, a garantia de uma política de educação ambiental que contribua para a eliminação das desigualdades sociais, a rediscussão do projeto de divisão política do estado do Amazonas, campanhas educativas que incentivem a mudança de estilo de vida e de valores e a implantação do zoneamento ambiental como instrumento de ordenamento territorial da Amazônia.

Melhorias para a região são reclamadas

Na questão das vertentes do desenvolvimento sustentável, os participantes da Região Norte presentes ao encontro elaboraram um documento com recomendações de caráter oficial. Eles querem que a Agenda 21 (série de medidas ambientais aprovadas pela ECO-92) seja amplamente divulgada e popularizada, solicitem providências para a implantação de uma política habitacional de qualidade para atender às populações de baixa renda e a realização do levantamento de experiências bem-sucedidas de indígenas, extrativistas e de pescadores, com aplicabilidade.

Os representantes da Região Norte sustentam, também, a garantia de mais investimentos por parte dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente para a realização de cursos de capacitação formal e não-

formal de educadores ambientais.

O documento elaborado pelos pesquisadores pede, ainda, que conste dos orçamentos da União, dos estados e municípios recursos financeiros para o desenvolvimento de ações de educação ambiental no âmbito oficiais e não-oficiais. Isso pode estimular o envolvimento das comunidades interessadas nos projetos de auto-sustentação. Identifica-se aí a importância de se incentivar a participação de negros e povos da floresta (índios, seringueiros e extrativistas, parteiras e agricultoras) para assegurar o intercâmbio cultural e a atuação no meio ambiente.

O capítulo 36 da Agenda 21 destaca que "o ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para

abordar questões do meio ambiente e desenvolvimento". Daí a luta dos ambientalistas para tornar oficial a educação ambiental. Eles afirmam que essa medida poderia ajudar o uso racional dos recursos naturais, a partir da conscientização dos cidadãos.

A questão da falta de mais verbas para o setor, facilitando a formação de técnicos e pesquisadores em educação ambiental que auxiliariam na melhora da capacitação de professores do 1º e 2º graus, é das mais angustiantes. Os governos, segundo os autores do documento, não atendem às expectativas dos especialistas da área ambiental, dificultando avanços no programa de desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia, uma preocupação de todo o continente americano.

Carta crítica falta de apoio do governo

No encerramento da 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental, realizada em Brasília, os participantes aprovaram a Carta Aberta ao governo brasileiro em defesa da Amazônia:

"No momento em que nós, educadores, estamos reunidos, preocupados com a questão ambiental, para avaliar as tendências das práticas de educação ambiental no País e discutir perspectivas e estratégias futuras, aprovamos e encaminhamos ao governo federal, através do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, e do Ministério da Educação e do Desporto, esta Carta Aberta em defesa da Amazônia.

Como se não bastasse a presença das madeiras asiáticas na Amazônia, denunciadas amplamente pela mídia, ao nível nacional, em apenas dois dias, cerca de 10 milhões de metros quadrados de florestas e pastagens foram queimados em uma área considerada pequena para as dimensões do estado do Amazonas. A imensa fogueira que aumentou a temperatura da região em três graus e produziu um volume de fumaça idêntico ao registrado em São Paulo, pode estar antecipando a previsão da reincidência de uma catástrofe que já ocorreu há dois mil anos, quando a floresta amazônica foi quase completamente destruída pelo fogo", afirma o pesquisador Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa (Floresta Amazônica é ameaçada", Edson Luiz, Agência Estado). E complementa: "A Amazônia poderá se tornar, no futuro, uma Indonésia, devastada por queimadas e sujeita a alterações climáticas inéditas" (Amazônia pode queimar como Indonésia", A CRÍTICA, 5.10.97, Manaus (AM).

Acreditando que a educação pode contribuir para a formação de um cidadão crítico, mas reconhecendo, também, o processo lento de transformação de valores em busca de uma nova postura ética, nós, educadores, encaminhamos ao governo federal o pedido de medidas energéticas urgentes, para conter o processo de devastação da Amazônia, inclusive com a revisão dos licenciamentos concedidos pelos órgãos ambientais para empreendimentos econômicos, bem como para empreendimentos imobiliários nas zonas urbanas da região".